

Área temática: Governança Corporativa

Título do trabalho: A implantação e a sustentabilidade dos projetos de DLIS: um estudo de caso sobre Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado na cidade de São Fidélis.

AUTOR

MARCELO JUNQUEIRA VENTURI

Universidade de São Paulo

marcelo_venturi@yahoo.com.br

Resumo: Quais são as opções para viabilizar as necessidades básicas da sociedade? Como expandir os avanços sociais para romper o círculo vicioso do baixo crescimento econômico brasileiro e das políticas públicas deficientes? O trabalho aborda o conceito de desenvolvimento, enfatizando a metodologia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) como a alternativa viável de utilização nas ações da coletividade e nas políticas governamentais visando a redução do abismo social e das diversas formas de exclusão. Apesar de diferirem na natureza dos projetos, essa metodologia promove a melhoria das condições de vida da sociedade. Resulta na formação de capital humano e capital social cujos efeitos a longo prazo são de uma revolução social, silenciosa de certa forma, porém, eficaz. Inicia uma onda de profundas mudanças que ocorrem no âmago da família e do indivíduo, despertando para os conceitos de cidadania, empoderamento, sinergia, justiça e equidade social. O estudo de caso abordado no trabalho é sobre a aplicação de DLIS na cidade de São Fidélis – RJ, demonstrando suas etapas de elaboração, implantação, manutenção e as falhas no decorrer do processo. O trabalho propõe a análise do caso dessa cidade fluminense, mostrando também as mudanças e a melhoria de vida dessa comunidade.

Abstract: Which are the options to make viable society's basic necessities? How to expand social advances to break a vicious circle of low Brazilian economic growth and deficient public policies? This paper approaches the concept of development, emphasizing the methodology of Integrated and Sustainable Local Development (ISLD) as a viable alternative use in the actions of the collectivity and governmental policies having in view the reduction of the social abyss and the several forms of exclusion. In spite of differing in the nature of the projects, this methodology promotes the improvement of society's life conditions. Which results in the generation of human and social capital whose effects in the long term are a social revolution, in a certain way silent, but efficacious. It initiates a wave of profound changes that happen at the center of the family and individual level, awakening them to the concepts of citizenship, empowerment, synergy, justice and social equity. The case study approached in this paper regards the application of the ISLD in the city of São Fidélis – RJ, evidencing its steps in the elaboration, implantation, maintenance and the faults throughout the process. This paper's proposition is the analysis of the São Fidélis city's case, also demonstrating the changes and improvement in the life of this community.

Palavras-chave: capital social, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) e gestão pública.

1. INTRODUÇÃO

O século XX começou com a crença generalizada de que o progresso humano era ilimitado. Os ideais nobres e elevados do início século passado foram desfigurados por ideologias extremistas que permearam o mundo, deixando graves seqüelas e um rastro de massacres e conflitos. Certamente, nenhum outro século foi testemunha de tanta tragédia e tamanha insanidade humana. O macro-ambiente tem sido cruelmente degradado e as desigualdades socioeconômicas são colossais. As conseqüências das atitudes desregradas e devastadoras da humanidade foram sendo questionadas à medida que seus efeitos desastrosos afetavam e colocavam em risco seu futuro e sobrevivência. A visão egoísta antropocêntrica passou a ser questionada para dar lugar à relação de inseparabilidade entre homem e seu meio ambiente.

Segundo a enciclopédia Badem, desenvolvimento significa “1. *Crescimento, aumento; adiantamento, progresso; 2. Crescimento dos seres organizados*”, em resumo, o termo em questão fica cognominado crescimento. Apesar de ser justo o sinônimo, a definição mais freqüente de desenvolvimento e que predominou durante séculos foi a de crescimento econômico, sendo medido com base no PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* e na taxa de emprego. Para Veiga (2005, p. 56) “no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa”. Advinda a controvérsia entre os conceitos, fica evidente que a confusão gerada por considerá-los idênticos levou a sociedade a uma busca desenfreada pela evolução de recursos, da economia e da industrialização.

A interação do ser humano com o meio no empenho de efetivar suas potencialidades canalizou o gênio inventivo do homem para a criação técnica, explicado, nos últimos duzentos anos, pela sua extraordinária capacidade expansiva. Se o homem modifica seu meio e o ambiente responde à essa transformação, então ambos estão no centro da questão desenvolvimento. Entretanto, a interferência na natureza tem trazido resultados alarmantes como as mudanças climáticas. O crescimento econômico socialmente perverso por se alimentar das desigualdades crescentes é também inaceitável. Se as atividades humanas levam à deterioração das relações humanas e de seu habitat, então seus valores substanciais precisam ser repensados. Segundo Makiguti (1994), a vida humana possui a habilidade inerente para criar valor e promover a harmonia, tanto dentro da sociedade como entre os seres humanos e seu ambiente. Essa harmonia representa a própria sustentabilidade no tempo das civilizações humanas à medida que sua sobrevivência dependerá da prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. Aliás, Sachs no prelúdio do livro de Veiga (2005, p. 10) acrescenta a esse pensamento de desenvolvimento sustentável os desdobramentos de “socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo”. Assim, esse artigo não se limita aos aspectos sociais e à sua base econômica, pois absorve a complexidade da inter-relação entre sociedades humanas e a evolução da biosfera.

Dessa forma, o estudo propõe a investigar como o conceito de desenvolvimento vem sendo tratado atualmente, baseado na co-evolução entre esses dois sistemas (homem e ambiente) com medidas temporais e espaciais distintas. Os projetos de DLIS são uma opção de garantir a sustentabilidade em países subdesenvolvidos, local propício para que novos arranjos produtivos locais se perpetuem e que geralmente possuem difícil mobilização social, onde configura o extrativismo e produção de insumos como fonte de recursos. Nesses projetos, novos agentes promotores e atores sociais interagem na promoção de políticas de

desenvolvimento que, atualmente, estão em destaque na pauta da gestão pública brasileira. O motivo é que essas políticas abarcam o desenvolvimento regional, o DLIS e a territorialidade como partes pertinentes que influenciam esse processo cujo objetivo principal reside no desenvolvimento humano e social.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

Como gerar desenvolvimento num cenário de baixo crescimento econômico, de gestão pública ineficiente e considerando os problemas comuns dos países subdesenvolvidos? Os conflitos civis e o aumento exorbitante da violência são indícios da insatisfação social. O Estado de mínimo esforço não garante políticas públicas abrangentes e de caráter nacionalistas. São muito mais emergenciais e assistencialistas. O quadro que delinea o futuro das nações da periferia e as consideradas “emergentes” é obscuro, pois estão afogadas em problemas estruturais. O desenvolvimento regional cinge comunidades carentes que lutam por ideais comuns, caracterizando uma alternativa de gerar capital humano e social. Com base nos esclarecimentos concisos de alguns conceitos como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e capital social, observa-se a importância que os programas de DLIS (Desenvolvimento Local, Sustentável e Integrado) têm para o desenvolvimento de qualquer país.

O problema a ser estudado se refere à sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento local apresentado neste trabalho na forma de estudo de caso, onde ficam explícitas suas etapas, desde a elaboração do projeto, passando pela implantação, manutenção e possível emancipação com o fim de melhorar a qualidade de vida da sociedade.

3. OBJETIVO

De forma geral, o trabalho apresentará um estudo de caso sobre a metodologia de DLIS na cidade de São Fidélis no Rio de Janeiro, onde mostrará o processo de desenvolvimento e a vivência de uma comunidade que vive na região mais carente do estado. O artigo também buscará investigar a perenidade de projetos de desenvolvimento regional e a identificação dos atores sociais e articulação juntamente com os gestores públicos. Certamente, a maior contribuição do projeto reside no desenvolvimento da sociedade.

A ilustração de um estudo de caso ajudará a analisar a trajetória do programa de DLIS, além de auxiliar na identificação de vocações locais, de agentes executores, de metas comuns dentro de uma comunidade marginalizada com o fim de melhorar a qualidade de vida da população. Também será realizada uma revisão bibliográfica sobre DLIS e conceitos que o rodeiam. O exemplo de DL apresentado no artigo revelará as dificuldades enfrentadas para se manter um programa cuja manutenção depende impreterivelmente da iniciativa coletiva, que geralmente possui recursos escassos.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Conceito de desenvolvimento

Na era da industrialização e do desenvolvimento econômico, a qualidade de vida foi relegada a segundo plano, levando os países do mundo a concentrar seus esforços na tentativa de alavancar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). O foco do desenvolvimento era o crescimento econômico, visto como seu meio e fim. Scatolin (1989, p.7) afirma que “para muitos autores o desenvolvimento é entendido como crescimento econômico”. Sob a ótica econômica, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de

determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116). Gradualmente, essa visão está mudando, mas profundos danos já foram causados para a humanidade. Os problemas ambientais, sociais e a perda de valores fizeram o homem repensar sobre a vida que leva. Questões como o consumismo desenfreado, a violência, os ataques terroristas, a intolerância, o aquecimento global e o efeito estufa, a destruição das florestas e da camada de ozônio, a geração e acúmulo de lixo são pautas das discussões de fóruns mundiais e da preocupação cotidiana. Essa consciência floresceu a partir da II Guerra Mundial e vem tomando corpo principalmente a partir da década de 90, quando, concretamente, uma série de debates sobre o desenvolvimento sustentável foi sendo realizada. Esse conceito abrange a preocupação da sociedade com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência da humanidade. A Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, foi a epítome mundial da época no fomento à preocupação da convivência do homem, seus semelhantes e o meio ambiente.

Outro *prima* de desenvolvimento é considerá-lo quimérico. Scatolin (1989, p.7) diz que “o problema básico da economia brasileira é a falta de crescimento. O grande desafio é que se obtenham taxas de crescimento do produto de forma mais rápida do que as taxas de incremento populacional”. Por esses motivos muitos países não conseguem sair da condição de subdesenvolvimento, o que levou muitos críticos a considerar o desenvolvimento como uma ilusão. A dúvida surgiu quando se pensou se seria possível uma mobilidade ascendente na hierarquia da economia capitalista mundial. O acúmulo de riqueza para que tal avanço econômico permitisse o ingresso ao núcleo de países desenvolvidos é considerado para muitos autores uma ilusão. Segundo Veiga (2005, p. 22), admitir o PNB *per capita* para medir o desenvolvimento é um pensamento simplista.

Nesse sentido, por causa da abrangência e da confusão existente nessa expressão, o esclarecimento da palavra desenvolvimento empregada neste trabalho serve para analisar corretamente o significado que deve ter para o estudo de Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado (DLIS). O artigo não pretende provocar um debate sobre a questão. Recusa-se a aceitar o conceito amesquinhado cognominado de crescimento econômico e nem o considera como quimera, mito ou ilusão. Scatolin (1989, p.15) adverte que “enquanto o crescimento econômico era entendido como um processo de mudança ‘quantitativa’ de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança ‘qualitativa’ de uma estrutura econômica e social”.

Concluindo, o desenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento é o resultado do crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversas necessidades humanas e incorporadas em políticas públicas, abrangendo as áreas de saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. A melhor definição vem do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2005) que, categoricamente, afirma que o desenvolvimento possibilita as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, com oportunidades e recursos para fazerem suas escolhas, que as tornam cidadãos plenos, amparadas pelos direitos humanos e pela democracia estabelecida.

4.2 Capital social

Inicialmente criada pelo sociólogo James Coleman, a inserção da contemporânea concepção de capital social ao desenvolvimento regional revela o papel essencial da coletividade no comprometimento do sucesso de projetos e o alcance de certos objetivos.

Utiliza-se a expressão “acumulação de capital social para expressar a quantidade, o volume ou frequência, de certas características extra-econômicas, de formas não-financeiras de poupança, em sentido metafórico, que deve possuir uma sociedade para alcançar a

prosperidade econômica, ou seja, para atingir o que boa parte dos economistas quer entender por desenvolvimento” (Franco, 2001: 27-8). O capital social é produtivo. Uma comunidade sem organização, desamparada pela atuação governamental, desiludida da filantropia alheia, certamente tem um baixo nível de comprometimento, de ação voluntária e de mobilização social. Dentro da sua realidade, as pessoas que articulam com a comunidade as mudanças necessárias desenvolvem o sentido de capital social, possibilitando “a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis sem a sua existência” (COLEMAN, 1994, p. 302).

De acordo com Putnam (1996), capital social se refere ao conjunto de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento humano que lapidam a criatividade da sociedade na solução de problemas que exigem a ação da comunidade. Mais importante que as mudanças institucionais é a existência de capital social territorializado.

A individualidade tem que dar lugar ao conjunto. Um grau elevado de bem-estar coletivo ocorre à medida que recursos sociais são agrupados sob a bandeira das relações de confiança, de comprometimento e respeito mútuo, levando à maximização dos recursos individuais existentes. A capacidade de ação é ampliada nos momentos em que a confiança permeia a sociedade, facilitando a otimização do uso de recursos humanos e sócio-econômicos disponíveis.

Coleman (1994) ressalta esse aspecto da confiança ao afirmar que a otimização do capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento) e do capital humano (educação e preparação técnica) só podem se alcançados à medida que as relações de confiança (capital social) e a reciprocidade aumentam na comunidade. A confiança é o fator determinante do desempenho das comunidades ao permitir uma mobilização coletiva e a maximização dos recursos individuais existentes.

Moura et alli. (2002), afirma que para o êxito de qualquer processo de desenvolvimento local é necessário que haja: “capacitação para mobilização e participação da comunidade; cooperação e construção de parcerias; visão abrangente e integrada de desenvolvimento, considerando aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais; e monitoramento do processo”. O raciocínio dos autores conduz e condiciona o sucesso à motivação das pessoas na participação dos grupos sociais que emergem a partir das inter-relações, por meio do incremento de suas capacidades, tradições, competências técnicas e habilidades. Esses grupos irão atuar como promotores de idéias e projetos, com foco nos interesses comuns da comunidade, e possibilitarão a formação de uma corrente cujos elos compõem as instituições, o governo e a comunidade para a criação de parcerias e constituição de um núcleo de coordenação local. Todo processo de formação do capital social é semelhante a uma retroalimentação, isto é, um ciclo que se alimenta continuamente, formado com a participação e o envolvimento das pessoas nas ações comunitárias, as quais, por sua vez, desenvolvem cooperação, confiança e solidariedade social, elementos de um capital social fortalecido.

4.3 Sustentabilidade

Recapitulando as fontes de confiança, uma vertente cultural formada pela cultura sociopolítica e pela história particular constitui a base do engajamento cívico. A perenidade de um projeto e seu avanço político são conseqüências da existência de um estoque histórico de capital social e do fortalecimento das relações de confiança na sociedade através de seus componentes horizontais (associativismo horizontal).

Sustentabilidade diz respeito “a um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo de tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades autocriativas. Ser sustentável tem a ver com uma dinâmica, que começa agora a

se revelar com a ascensão do pensamento sistêmico, de rede autocatalítica, autocriativa ou autopoietica” (Maturana e Varela, 1973).

O capital social pode ser considerado a base de um dos principais elementos sustentáculos do desenvolvimento regional: a cooperação. Sem ela a concretização prática e a sustentabilidade se tornam frágeis.

4.4 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextrincável do movimento ambientalista surgido nas décadas de 1960 e 1970. Sua linha de pensamento está diretamente ligada à questão ambiental, isto é, atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991, p.46). As fontes de energia renováveis, a produção de alimentos híbridos e transgênicos, a redução da emissão de poluentes fazem parte das medidas tomadas para garantir a melhor qualidade devida presente e perpetuidade no futuro. Essa preocupação em preservar o meio ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer aos descendentes boas condições e os recursos naturais de que dispomos. Entraram na pauta da questão ambiental a preservação da natureza, a ciência ecológica nos trópicos, o ambientalismo, a ecologia global, a conservação de ecossistemas, o meio ambiente e o ambientalismo global.

4.5 Desenvolvimento Local

É importante ressaltar que o termo “local” não se restringe no ambiente espacial a um território diminuto ou pequeno e não alude a um espaço micro, podendo ser tomado como uma cidade ou como uma região compreendendo vários municípios, incluindo as zonas urbana e rural.

Martins (2002) considera o DL (desenvolvimento local) em termos de escala. Dessa forma, o local possui intrinsecamente um sentido de lugar, pensado como a base territorial das representações, das tradições e práticas humanas que lhe dão um caráter de singularidade. No lugar estão presentes as práticas individuais e as coletivas que em seu conjunto formam a identidade do local.

A definição mais sintética sobre DL pode ser atribuída a Magalhães e Bittencourt (1997) que o visualizam como uma articulação, em uma região, de seus vários atores sociais, culturais, políticos, econômicos, públicos ou privados, que promovem unidos um planejamento estratégico que delinieie suas ações no longo prazo, visando um objetivo comum.

Sen (1999) entende que as pessoas são agentes capazes de agir e provocar mudanças conforme seus valores e objetivos, e segundo o autor, o local, como *locus* da vida e manifestação imediata das ações dos agentes, passa a ganhar maior significado nos discursos em torno do desenvolvimento.

A questão territorial tem que um limitante denominado raio de atuação. Possui grande importância no contexto do desenvolvimento local. Beduschi e Abramovay (2003) afirmam que o país necessita de organizações intermediárias que vão além dos limites municipais, mas que fiquem aquém dos Estados, que possam realizar a construção conjunta de projetos estratégicos, ao alcance da participação real dos grupos interessados.

Certamente, a cooperação entre pessoas reativa a economia e dinamiza a sociedade local que, através da maximização dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, consegue estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida de uma região.

Concluindo, Buarque (2000, p. 118) *apud* Moura et alli (2002) define o

desenvolvimento local como o “processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microrregiões) que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população”.

4.6 Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado

Seguindo a linha de raciocínio ambiental, a territorialidade auxilia na defesa do habitat natural, pois os moradores das comunidades carentes estabelecidas em regiões de mata natural sabem que seu sustento e sobrevivência dependem dos recursos naturais ali disponíveis. Sua degradação representa a ameaça do seu povo, de suas raízes e de sua história. A migração para pólos urbanos se torna a saída mais viável, mas o resultado é desolador. O êxodo causa inchaço das cidades, intensifica o processo de favelização, a miséria e as condições precárias são o estopim da violência.

Na década de 1950, os países subdesenvolvidos deram atenção especial aos planos de desenvolvimento. Entretanto, eles se limitavam a promover um processo de industrialização intensivo que, por ser sinônimo de crescimento econômico, era visto como um processo de desenvolvimento econômico (MILONE, 1998).

Em contrapartida, atualmente a sociedade se preocupa em atentar para como o crescimento econômico afeta a qualidade de vida de toda a população. Sachs (1993) aponta cinco dimensões para a harmonia entre os diversos elementos que integram o ser humano e seu ambiente (sociedade e habitat natural). Essas dimensões promovem a sustentabilidade dos sistemas e instituições humanas e devem ser observadas para se planejar os projetos de DLIS (Desenvolvimento Local Sustentável e Integrado): social, econômica, ecológica, espacial e cultural e estão apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 *As cinco dimensões de sustentabilidade de Sachs.*

5 DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE DE SACHS	
Sustentabilidade	Objetivo
Social	Melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância econômica que separa as classes sociais.
Econômica	Aumentar a eficiência do sistema econômico tanto na alocação de recursos quanto na sua gestão.
Ecológica	Preservar o meio ambiente sem comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à humanidade e sem aniquilar as cadeias ecológicas e ecossistemas.
Espacial	Oferecer tratamento equilibrado da ocupação territorial (rural e urbana), assim como de uma melhor distribuição das atividades econômicas e assentamentos humanos na localidade.
Cultural	Promover debates e alterar os modos de pensar e agir da sociedade, conscientizando-a para a questão ambiental cujas atitudes provoquem redução no consumo de produtos que degradam o ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro desse contexto, podemos definir DLIS como uma forma de promoção de desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades que são capazes de: suprir suas

necessidades imediatas; diagnosticar e incentivar suas vocações locais; fomentar o intercâmbio externo tendo em vista suas vocações (Comunidade Ativa, 1999).

5. METODOLOGIA

Inicialmente, o trabalho faz uma revisão da literatura, com uma breve introdução sobre desenvolvimento e de termos relacionados na tentativa de dirimir possíveis equívocos de definição.

O referencial teórico tem como finalidade a de situar o estudo de caso no campo metodológico e mostrar possíveis alternativas a essa opção. Em seguida, a ilustração do artigo através da exposição do estudo de caso revela alguns pressupostos da metodologia de DLIS para a pesquisa aqui desenvolvida. As razões da escolha deste caso se baseiam nas dimensões referentes ao tema, ao acesso às informações e ao ambiente em que o trabalho foi elaborado.

A aplicação de um questionário para os gestores do projeto de DLIS será realizado na comunidade de São Fidélis, para que se identifique a realidade e as dificuldades enfrentadas sua vigência. Por último, discutem-se os resultados da pesquisa, indicando-se as contribuições do artigo para o conhecimento científico na área.

6. ESTUDO DE CASO

6.1 Localidade de São Fidélis

São Fidélis é um município do Rio de Janeiro. Fica a 48 quilômetros de Campos e é um dos quinze municípios do noroeste fluminense. Cercado pela Serra do Sapateiro, às margens do Rio Paraíba do Sul, foi habitado por índios Coroados até 1781, quando chegaram à então aldeia de Gamboa os frades italianos Ângelo e Vitório, iniciando a colonização branca na região. Hoje o município tem quase 40 mil habitantes, a maioria (68%) concentrada na zona urbana. A cidade já foi conhecida como a capital da lagosta, mas a pesca foi praticamente extinta pela exploração desordenada e pela poluição do rio.

O programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável foi implementado no município por pertencer a região mais carente do estado do Rio de Janeiro, de modo os resultados serão explicitados nesse trabalho, bem como será exposto o ponto de vista sobre a viabilidade de tal programa na conclusão do trabalho.

6.2 Histórico do desenvolvimento territorial no noroeste fluminense

As ações de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável chegaram ao Rio em outubro de 1999, com a implantação da primeira fase do programa nos municípios de São Fidélis, Bom Jardim, Araruama, Saquarema e Santa Maria Madalena. Hoje os resultados são visíveis em todo o Estado. Santa Maria Madalena – terra da atriz Dercy Gonçalves, de muito verde e de belas áreas naturais – investiu no turismo rural e ecológico e criou uma escola de artes minerais; Bom Jardim apostou no interesse turístico por suas atraentes fazendas. Saquarema (antiga capital nacional do surf, na região praiana) acreditou no potencial da exploração dos esportes radicais e fez do município, em 2001, a sede do campeonato mundial de prancha. Araruama – que tem uma das maiores raias de esportes a vela do mundo – resolveu priorizar a despoluição da lagoa e investir seu enorme potencial de atração aos praticantes de esportes náuticos.

Francisco de Jesus, supervisor estadual do DLIS, acredita que São Fidélis deve investir também no turismo, atraindo visitantes de terceira idade da região e do vizinho Espírito Santo. Ele afirma que “com o DLIS, as pessoas aprenderam a pressionar, aprenderam a induzir. Elas

ainda não estão conseguindo tudo o que querem, mas já conseguem muito mais do que costumavam ter” (SEBRAE, 2002).

6.3 São Fidélis – Vocação local e introdução ao projeto de DLIS

Em uma ação integrada, envolvendo governo, comunidade, institutos de pesquisa e setor privado, foi implementado, em São Fidélis, o Programa de Desenvolvimento Local que contou também com o apoio técnico do SEBRAE, de modo que a cidade investiu na criação planejada de rãs, transformando-se em um exemplo de sucesso, superando outras cidades participantes do programa. A experiência já atraiu a atenção de alguns municípios vizinhos, como Cambuci e Cardoso Moreira, que agora sonham em percorrer o caminho de São Fidélis para chegar ao desenvolvimento sustentável.

A iniciativa, além de inédita, foi audaciosa. Enquanto os outros municípios incluídos na primeira fase do DLIS no Estado do Rio de Janeiro preferiram investir no turismo, o fórum de desenvolvimento de São Fidélis resolveu tentar um passo mais ambicioso e voltar a apostar no cultivo de rãs em cativeiro, uma atividade iniciada no município no final da década de 90, mas levada à decadência pela falta de capacitação e de estímulo à consolidação.

Em um âmbito geral, os produtores conseguiram reduzir seus custos e melhorar a qualidade do produto, ampliando também o acesso ao mercado consumidor. “Hoje os ranários de São Fidélis tem condição de dobrar a produção” (SEBRAE, 2002, p. 72), garante a zootecnista Silvia Mello, contratada pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para dar assistência técnica aos projetos do DLIS. “São Fidélis transformou-se num modelo de sucesso porque é um projeto que está criando corpo, começando a andar sozinho e a dar resultados” (SEBRAE, 2002, p. 73), explica Francisco de Jesus, supervisor estadual do programa.

A experiência dos produtores de São Fidélis será usada para expandir o projeto e motivar outros interessados. Segundo o SEBRAE (2002) a meta na época era dar continuidade ao trabalho, fazer o levantamento das necessidades dos produtores e facilitar a ação conjunta dos ranicultores. Os próximos passos seriam a formação de uma cooperativa que reunisse os produtores e eliminasse os intermediários. Com o objetivo traçado para que o negócio desse saltos ainda maiores, ajudando os ranicultores de São Fidélis e seus vizinhos a vencerem os últimos obstáculos, a pretensão era consolidar a implantação de um pólo de ranários no noroeste fluminense.

6.4 DLIS – um “divisor de águas” e os resultados comparativos

Os produtores de São Fidélis começaram o cultivo de rãs em cativeiro em 1996, mas perderam a produção, várias vezes, por falta de conhecimentos e condições técnicas. Com o DLIS e com o apoio técnico especializado, houve o oferecimento de cursos intensivos de capacitação rural, ensinando a administrar os ranários, calcular os custos, planejar e controlar a qualidade da produção e diversificar as opções de comercialização, além de garantir a assistência técnica de uma zootecnista especializada em ranicultura. O processo foi radical. Ela precisou convencer os ranicultores a trocar a ração para bezerros, que era usada para alimentar as rãs, por uma mais adequada, enriquecida com vitaminas e balanceada com proteínas. Também os ajudou a resolver problemas com o sistema de drenagem dos tanques, o manejo das desovas, a compra de insumos e, até, a administração do ânimo de cada um, muitas vezes abalado por um passado de fracassos e perdas de safra.

Como resultado, ampliaram-se as áreas de produção e aumentaram os índices de sobrevivência dos imagos (rãs em fase inicial), que agora são produzidos nos próprios ranários.

Acir de Almeida Lopes, 42 anos, responsável pelo ranário que garante recursos à Organização de Desenvolvimento Municipal de São Fidélis (Ordem), uma instituição filantrópica que atende crianças carentes, também esbanja elogios. Iniciado sem orientação técnica, o empreendimento estava perto do desastre quando foi socorrido pelo DLIS. “Chegamos a perder todas as rãs, mas o programa nos deu o conhecimento que a gente não tinha”, conta Acir (SEBRAE, 2002). Agora empenhado em selecionar as melhores matrizes e ampliar a produção, Acir aproveita sua liderança junto aos colegas ranicultores para tentar levar adiante a criação de uma cooperativa e a construção de um abatedouro para atender a todos os ranários da região, o que reduziria os custos do transporte para o abate em Itaboraí, a quatro horas de São Fidélis.

Um caso interessante é o da assistente social Cristiane Kitada, de 40 anos, que não tinha nenhum conhecimento técnico quando começou a apostar na ranicultura, em 1996, junto com o irmão e o sogro. Até outubro de 1999 a família tinha investido suas economias na montagem de instalações bastante sofisticadas, mas queria abandonar o negócio depois de amargar repetidos prejuízos – provocados pelo alto índice de mortalidade dos girinos e imagos que produzia e que, em algumas safras, chegaram a atingir 95 por cento dos animais. Com a assistência técnica especializada, o índice de sobrevivência das crias do ranário saltou de 5 para 95 por cento, garantindo a produção de rãs notáveis por seu alto peso.

Hoje, os Kitada têm capacidade para produzir até 10 mil rãs em cada safra e atendem a um mercado consumidor que não pára de crescer. Cristiane Kitada, agora preocupada em limitar sua expansão às possibilidades atuais de produção, reconhece a mudança: “chegamos a desanimar, mas o incentivo do programa nos fez ver a visibilidade do projeto. Na verdade, é ele que está levantando a gente” diz Kitada (SEBRAE, 2002).

6.5 Potencial de Mercado

No Brasil, a produção está concentrada nos estados do Rio, São Paulo, Goiás, Pará, Minas Gerais e Mato Grosso. O país tem exportações regulares para o Mercosul – realizadas, entre outras, pela Cooperativa Agropecuária dos Ranicultores do Estado do Rio de Janeiro (COOPERRAN), que atende aos mercados da Argentina e do Chile.

Nos supermercados do Rio, o preço supera o da picanha Argentina e a carne de rã é vendida – com intensa procura – acima dos R\$ 25,00.

A Malásia, Indonésia, Canadá e Coréia são os maiores produtores de carne de rã no mundo. Estados Unidos, França, Alemanha, Suíça e Holanda, os maiores consumidores. O potencial de mercado não pára de crescer: em 1997 a produção nacional de carne de rã era de 200 toneladas/ano, incapaz de atender a uma demanda que, naquela época, já era quatro vezes maior.

Além da carne, o cultivo de rãs em cativeiro permite a comercialização da pele usada no tratamento de queimaduras e na produção de couro curtido; do fígado (transformado em patê e vendido em casas especializadas em frios); da gordura (usada na indústria de cosméticos, como substituta para o óleo de tartaruga) e até das tripas, que podem ser aproveitadas como matéria-prima para a fabricação dos catêgutes usados em microcirurgias plásticas. No Brasil, já se usa a pele de rã para tratar queimados e, em algumas áreas do Rio de Janeiro, se faz *hamburger* e *nugget* de carne de rã.

A carne é considerada um alimento de alta qualidade nutricional, de sabor agradável e bastante saudável. “Ela tem uma proteína de alto valor biológico, que estimula o desenvolvimento e o crescimento da criança”, atesta o Dr. Giuseppe Santalúcia (SEBRAE, 2002). Especialista em gastroenterologia pediátrica, o médico inclui a rã na dieta dos seus pacientes com alergia à proteína animal e garante que “os resultados são excepcionais” (SEBRAE, 2002).

6.6 Investimento no Capital Humano

Nelson Moreira Franco, gerente de desenvolvimento local do SEBRAE-RJ, tem uma explicação simples para o sucesso das ações no Estado do Rio: “o DLIS é um programa que não tem vícios eleitoreiros nem assistencialistas e que transforma a comunidade em protagonista de sua própria história” (SEBRAE, 2002). Franco lembra que “o desenvolvimento tem que ter a participação da sociedade, tem que considerar o capital humano e o nível de organização da sociedade” e garante que as ações do programa “desvinculam o paternalismo, a demagogia, e fazem com que a própria comunidade participe do desenvolvimento local, orientado de acordo com o seu potencial” (SEBRAE, 2002). Por meio dele, afirma, “estamos dando tanto atenção à formação do capital humano quanto ao negócio” (SEBRAE, 2002). O Programa de Desenvolvimento Local tem essa “visão de futuro em que a sustentabilidade é uma questão importante; é o futuro que está aí, na mão da sociedade organizada” (SEBRAE, 2002), resume Moreira Franco.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo de caso norteia dois conceitos principais: o desenvolvimento sustentável, promovendo o capital social e humano e a formação de redes, integrando, desse modo, os principais agentes envolvidos: comunidade, governo, setor privado, dentre outros.

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, com o intuito de formar a estrutura necessária para o desenvolvimento social, econômico e humano da região. Em um sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável está atrelada à necessária redefinição das relações sociedade humana – natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório. Sob esse aspecto, São Fidélis conseguiu criar as condições necessárias para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente, o que é um grande desafio nos dias atuais.

Segundo Jacobi (1994), a idéia de sustentabilidade implica na prevalência da premissa de que é preciso definir um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos.

Um ponto a ser destacado é que tal quadro implica em que uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar as relações de poder existentes, o potencial econômico, as dimensões culturais nem as limitações ecológicas, sob pena de se implementar uma ação predatória no meio vigente.

De acordo com Alvarenga (2005), existe uma crise que gera empobrecimento, relacionada com o binômio elevação dos custos de produção e degradação da riqueza social global. Essa crise “engendrou o fortalecimento de duas teorias concorrentes: o *neoliberalismo*, que prega a contenção de custos nas diversas economias e a do *desenvolvimento sustentável*, que busca combinar correção econômica com controles administrativos e decisões negociadas entre os diversos setores da sociedade civil envolvidos” (Alvarenga, 2005). Certamente, as forças econômicas dominantes que se cingem a teoria neoliberal - detentoras dos maiores avanços tecnológicos - permeando os governos, não corroboram os postulados do

desenvolvimento sustentável: “o questionamento das desigualdades dos modos de consumo das diversas economias nacionais diante da impossibilidade material e energética de se estender os modos de consumo dos países ricos para os países pobres” (Alvarenga, 2005).

Desse modo, o grande desafio em São Fidélis foi conseguir gerar empregos com práticas sustentáveis e, dar maior efetividade a tal processo, com o crescimento do nível de conscientização dos agentes envolvidos e, principalmente, a mobilização da comunidade.

O programa de Desenvolvimento Local e Sustentável realizado em São Fidélis, aponta para outro fator imprescindível para o sucesso do projeto: o *Capital Social*, em que a própria comunidade, governo, setor privado e organizações do Terceiro Setor buscam, através da ajuda mútua, da solidariedade, da coordenação de atividades e da cooperação, um estreitamento de suas relações, visando atingir um objetivo comum. No caso de São Fidélis, o desenvolvimento regional sustentável.

Segundo Martinho (2005), a cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir, ou a rede nasce de um legítimo e reconhecido desejo de participação e de construção ativa de um projeto coletivo ou não é rede. O autor afirma que a própria contemporaneidade pode ser definida, entre outras coisas, pelo “estar em rede”, sendo esse um dos traços que caracterizam esta época. Para Martinho (2005) as redes constituem a nova morfologia social que delinea nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Desse modo, São Fidélis conseguiu, através da articulação das redes sociais, gerar capital humano e capital social, somar recursos, formular projetos e promover a sustentabilidade. O DLIS permitiu a promoção da cidadania, à medida que a população conquistou melhorias em infra-estrutura, acesso às inovações tecnológicas, articulação, cooperação e mobilização política, social, econômica e cultural na região.

8. CONCLUSÃO

De acordo com o desenvolvimento do trabalho, conclui-se que a formação de redes sociais, as parcerias, a articulação e a mobilização da sociedade, bem como gestões públicas, permitem que se consolide uma estrutura que permita o desenvolvimento sustentável. Verifica-se que a interação desses elementos com a ação do governo de políticas públicas que priorizem e promovam o potencial dessa região, focalizando as vocações que esta apresente vantagem comparativa - seja o artesanato, as atividades agrícolas, turismo ecológico, dentre outras, gera o desenvolvimento regional.

No caso de São Fidélis, a ricultura já se apresentava como uma atividade latente, todavia, os resultados conquistados até então (antes do DLIS) eram desanimadores. Com a implantação do programa, verifica-se que não apenas a ação do governo foi primordial, como também a mobilização da comunidade, a consolidação do capital social e o espírito de cooperação entre os envolvidos, de modo que os resultados, extremamente satisfatórios, demonstram o êxito na estruturação e implantação do programa, além do amadurecimento da sustentabilidade tão almejada.

As conquistas obtidas em São Fidélis permitem que a sociedade sonhe com a possibilidade da implantação de programas, em âmbito federal, que promovam o desenvolvimento local e estimulem o potencial das regiões rurais, que muitas vezes, carecem de uma política pública efetiva. Entretanto, o que ocorre é desanimador, muitas vezes, é que o governo ignora tais regiões até mesmo devido a uma mensuração rural fálca. Infelizmente, a concepção desenvolvimentista de nosso país alimenta concentração de renda, expansão de latifúndios e crescimento da desigualdade social. As atitudes tomadas são restritas e muitas

vezes abordam um assistencialismo que não se expressa em uma solução satisfatória. Trata-se de uma medida paliativa, muito adotada, porém com resultados pífios.

Concluindo, a busca pela promoção da cidadania, a mobilização e articulação da sociedade civil, até mesmo com a consolidação de movimentos sociais em uma etapa mais contundente e amadurecida, são os fatores que darão legitimidade à mudança social necessária para estruturar não apenas o desenvolvimento econômico, como também o desenvolvimento humano e social. Tal amadurecimento virá à medida que o interesse comunitário fizer frente aos possíveis entraves do governo e de interesses aristocráticos, romper o *status quo* e as ideologias que alienam a população e que a deixam submissa na atuação. Dessa forma, a cooperação coletiva baseada na confiança mútua para se atingir uma meta comum, formando redes para otimizar recursos endógenos à comunidade, dentro de um espaço territorial específico e de vivência majoritária dessas comunidades e com um planejamento na implantação dos projetos de DLIS, certamente promoverá o objetivo último do desenvolvimento local que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

9. BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, José Eduardo de. *Direito Ambiental e Desenvolvimento*. Disponível em http://www.direitonet.com.br/textos/x/58/77/587/DN_Direito_ambiental_e_desenvolvimento.doc. Acesso em 28 Mai. 2005.

BEDUSCHI, L. C., ABRAMOVAY, R. *Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais*. In: CONGRESSO Brasileiro De Economia E Sociologia Rural, Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 25.

COLEMAN, James. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

COMUNIDADE ATIVA. *Uma Estratégia de Indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Brasília: Comunidade Solidária, set/1999.

FRANCO, Augusto. *Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Instituto de Política / Millennium, Brasília, 2001.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

JACOBI, Pedro. *O Desenvolvimento Sustentável e a Inovação na Gestão*. São Paulo: Cedec/SEI, 1994.

MAGALHÃES, R.; BITTENCOURT, G.; *Projeto alternativo de desenvolvimento rural*. In: CONTAG; Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável com base na Agricultura Familiar. Brasília: MTb/Sefor/Codefat/Contag, 1997.

MAKIGUTI, Tsunessaburo. *Educação para uma vida criativa: idéias e propostas de Tsunessaburo Makiguti*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

MARTINHO, Cássio. *Algumas palavras sobre rede*. Disponível em http://www.abipti.org.br/Agropolos/PDF/Rede/algumas_palavras_rede.doc. Acesso em 25 Mai. 2005.

MARTINS, S. R. O. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. Interações*, vol. 3, n. 5, 51-59, set. 2002. Campo Grande: UCDB, 2002.

- MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. *De Máquinas e Seres Vivos – autopoiesis: a organização do vivo*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1973.
- MILONE, Paulo César. *Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MOURA, M. S., MELO, V. P., CASTRO, R., MEIRA, L., LORDÊLO, J. A. C. *Gestão do Desenvolvimento Local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas*. RAP. Rio de Janeiro, 2002.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório sobre o desenvolvimento humano*. Anuais: 1990-2005. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 10 Mar. 2006.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro; FGV, 1996.
- SACHS, Ignacy. *As cinco dimensões do ecodevelopimento*. In: ESTRATÉGIAS de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SCATOLIN, Fábio Dória. *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná*. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Programas de DLIS. *Revista Sebrae*, edição especial, 51-79, set. 2002. Brasília: Sebrae, 2002.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.